

Conferência de saúde denunciada

ESTADO DE SÃO PAULO

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O vice-presidente da Federação Brasileira de Hospitais, Carlos Alberto Ferreira, denunciou ontem que a VIII Conferência Nacional de Saúde — que se encerra hoje em Brasília — foi organizada previamente com o intuito de alijar a iniciativa privada e estatizar a saúde no País, entendendo por isso que esse simpósio "não é o fórum mais adequado para se discutir a implantação de uma política de saúde".

A federação, que se recusou a participar da conferência por considerar-se completamente discriminada, vai expor suas teses num simpósio das entidades não-governamentais, em São Paulo, no princípio de setembro. Disse o vice-presidente da FBH que a atual conferência foi montada de tal forma que a iniciativa privada não teria a menor chance de defender o papel de livre empresa na área da saúde, nem denunciar o desvio de recursos destinados às ações integradas de saúde para outras finalidades totalmente alheias ao setor, como vem ocorrendo.

Ele denunciou também que as ações integradas de saúde estão sendo implantadas exclusivamente com re-

cursos da Previdência Social, não havendo a menor correspondência por parte dos demais ministérios da área social nem dos Estados e municípios que na prática são os maiores beneficiados. Isto a Federação Brasileira de Hospitais considera um grande erro e pretendia denunciar na conferência, caso os organizadores tivessem acatado a proposta da entidade de destinar igualmente 33% das vagas de delegados para o governo, usuários e setor privado. Para a FBH, foram destinadas apenas 12 vagas, entre as 75 reservadas para os prestadores de serviços de saúde da iniciativa privada, número que os representantes da federação consideraram uma verdadeira brincadeira diante da alta representatividade do setor privado na área de saúde.

No penúltimo dia da conferência, ontem, o assessor do ministro da Previdência Social e sociólogo da Unicamp, Pedro Luiz Barros e Silva, e o economista do IBGE, André Médici, defenderam a criação de um orçamento social englobando todos os recursos destinados ao setor, a eliminação das deduções no Imposto de Renda para as pessoas jurídicas e a fixação de tetos para as pessoas físicas com a consequente transferência destes recursos para o orçamento social.

21 MAR 1986

Entendem os dois catedráticos, que fazem parte de uma comissão de pensadores responsável pela reformulação do sistema previdenciário, que as deduções do Imposto de Renda são um privilégio e devem ser integralmente repassadas ao orçamento social caso seja criado pelo governo. Ao lado do orçamento social federal, seriam criados já em 87 orçamentos sociais estaduais e municipais para melhor controlar os recursos destinados ao setor, hoje completamente descontrolados. Eles denunciaram que atualmente 30% dos recursos para a saúde não chegam aos verdadeiros interessados, que é a população, faltando apenas uma decisão política forte para reverter esta situação.

Ao abordar a questão do financiamento do setor saúde, os dois professores defenderam a implantação de um sistema misto de contribuição para a Previdência Social que incida mais sobre o lucro bruto das empresas de maior tecnologia e menor absorção de mão-de-obra, desonerando em contrapartida a folha de salários. Eles entendem que esta é a melhor forma de dar maior sustentação às finanças da Previdência e maior estabilidade à sua receita, hoje totalmente dependente da folha de salários e do comportamento da economia.